

UMA IMAGEM DO SERTÃO DA BAHIA NO ROMANCE *GADO HUMANO*

PALAVRAS-CHAVES: HISTÓRIA, LITERATURA, REPRESENTAÇÃO.

Por Rogério França¹

*As representações do mundo social (...) embora
aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado
na razão, são sempre determinados pelos interesses de
grupos que as forjam.*

- Roger Chartier

A década de trinta é período de grande importância para o entendimento da história nacional. Os acontecimentos que começaram a se desdobrar em três de outubro de 1930 no Rio Grande do Sul e em Minas – e que, como bem coloca Edgar de Decca, posteriormente constituídos enquanto fatos históricos alcançaram à condição de “revolucionários”, ou seja, a Revolução de 1930 – são considerados chaves. De acordo com José Carlos Ruy, os acontecimentos de 1930 correspondem à ascensão da burguesia brasileira ao poder justamente no momento em que a burguesia internacional deixa de ser revolucionária. Esta constatação é reiterada se pensarmos no papel desempenhado pela burguesia industrial paulista que, de acordo de Decca, tanto estava preparada para assumir o poder, quanto a cisão da Associação dos Industriais Paulistas que deu origem ao CIESP – depois FIESP - mostra que estes industriais preparavam um projeto de dominação política que preenchesse as lacunas do regime anterior e possibilitasse o livre desenvolvimento de seus anseios políticos e econômicos².

Na Bahia, de acordo com Luiz Henrique Dias Tavares, “não fosse pela atuação conspirativa de alguns poucos militares e civis e a revolução de 1930 teria chegado à Bahia como surpresa ainda maior do que ela foi em outubro daquele ano” (TAVARES, 1998:261). Tendo malogrado a tentativa de resistência primeiramente no interior – como no caso de Esplanada e Alagoinhas – o fato é que o governo foi deposto, ou seja, a revolução venceu. Como evidentemente não poderia deixar de ser, o reajustamento “social e econômico”, a “desmontagem da máquina do filhotismo parasitário” e o “fortalecimento das fontes produtivas” nas palavras do então presidente Vargas, em três de novembro daquele ano não fez eco imediatamente aqui na Bahia. Se a situação social em Salvador era precária – observe-se, por exemplo, o episódio do quebra-bondes em 1930 e as greves operárias de 1934 – é possível pensar então em um quadro mais crítico para a condição dos trabalhadores rurais na Segunda República. Como coloca Consuelo Novais Sampaio em seu trabalho sobre o poder Legislativo da Bahia, “a falta de estudos sobre as populações rurais na Segunda República não permite uma análise acurada sobre esse largo segmento da sociedade baiana”, (SAMPAIO, 1992:50) entretanto, sugere a autora, é preciso pensar em alguns elementos fundamentais como, por exemplo, a crise econômica de 1929, a ebulição política pós-revolucionária e uma seca “sem precedentes” que atingiu a Bahia naqueles idos.

Dessa forma, se nos falta dados que nos indique a condição dos trabalhadores rurais da Bahia na Segunda República, é possível pensar como Sandra Jatthy Pesavento que a

literatura pode ser uma via de acesso bastante proveitosa. É neste sentido que este trabalho se desenvolve. Partimos da análise do romance *Gado Humano* de autoria do então deputado Nestor Duarte Guimarães, e que nos apresenta a vida dos trabalhadores na fazenda Santo Afonso. Evidentemente que este trabalho de tomar a literatura como via de acesso a um real passado – ou seja, como fonte – obedece a critérios de ordem teórico-metodológicos. Situada dentro da corrente historiográfica chama História Cultural – não que o uso da literatura como fonte esteja vedada a outras correntes historiográficas – este tipo de abordagem, bem como o êxito da própria corrente historiográfica, desde a década de 1980 vem gerando muitos debates, e de acordo com Sandra Jatahy Pesavento os trabalhos realizados nesta área correspondem a 80% de toda a produção historiográfica brasileira. No entanto, se por um lado estes dados nos dão a dimensão do sucesso, isto não quer dizer que tal abordagem esteja livre das críticas, ou mesmo que alguns críticos mais severos preconizem seu fim, como no caso de Ciro Flamarion Cardoso. (Cf. CARDOSO. 2005). A questão se assenta em pelo menos dois pólos complementares, o primeiro político e o segundo teórico-metodológico. Um diz respeito ao comprometimento ideológico dos praticantes da História Cultural, em outras palavras, a militância ou a relação que se pode estabelecer entre ciência e política entre o conhecimento produzido pela História enquanto disciplina e as formas de intervenção no mundo que este conhecimento venha a possibilitar; o outro diz respeito a algumas arestas existentes, por exemplo, nos conceitos de cultura e representação, conceitos basilares na História Cultural.

Para os usos da História Cultural o conceito de cultura é tomado de empréstimo da Antropologia especialmente de Clifford Geertz. (Cf. GEERTZ. 1983). A crítica que se pode fazer a tal concepção, de acordo com Ciro Flamarion, é que este quando foi posto em movimento pelos seguidores de Geertz – e até pelo próprio Geertz – frequentemente mostrou-se reducionista, com ênfase quase que exclusivamente em aspectos mentais. Para este autor a oposição do mental em relação ao social já aparece nas primeiras formulações teóricas da História Cultural, e ressalta que sociedade e cultura são absolutamente indissociáveis. Dessa forma, cultura para o historiador tem a ver com o cotidiano, é algo que as sociedades produzem, superando um dos problemas da história cultural clássica. Assim a tarefa é articular tanto o estudo das relações sociais quanto elementos simbólicos, é preservar o vínculo entre o cultural e o social. Já o conceito de representação não é menos problemático. Roger Chartier coloca que as representações devem ser tomadas como as matrizes que dariam formas às práticas a partir das quais o mundo social seria construído, para ele “a relação assim estabelecida não é de dependência das estruturas mentais para com suas determinações sociais. As próprias representações do mundo social é que são elementos constitutivos da realidade social” (CHARTIER, 1988: 78). Essa concepção comumente é tomada como reducionista, ou, como colocou Emilia Viotti em seu famoso ensaio de 1994, trata-se de uma inversão da dialética (Cf. COSTA. 1994). As críticas são absolutamente pertinentes e apontam para um problema bem antigo que a de propor uma análise da sociedade que promova uma interação entre as instâncias mental e material. Neste sentido, os próprios cultores da História Cultural reconhecem as improbidades de utilizar tal conceito de forma tão unilateral. O próprio Roger Chartier falando da impossibilidade da manutenção da metáfora base/superestrutura advoga uma “apreensão simultaneamente pontual e global da sociedade considerada” (CHARTIER, 1988: 77).

Dessa forma o conceito de representação que nos servira não é nem o de reflexo nem o de determinante puramente. É preciso pensar de que maneira as representações –

literárias no caso – nos permite ter acesso àquilo que Pesavento chamou de “sintonia fina” de uma época, ou ainda de que forma as representações são constitutivas das percepções acerca do social. Por exemplo, na obra *O Imaginário das Cidades* Pesavento analisa como obras clássicas de Baudelaire ou Zola, ou ainda de autores menos conhecidos com Restif de La Bretonne e Louis Mercier, tanto apresentavam a visão dos autores acerca de Paris – ou seja, as representações que eles construíram do social – como operavam na construção do “mito Paris” (Cf. PESAVENTO. 2004). Assim, aqui nos importa pensar como a obra *Gado Humano* nos permite ter acesso – através da representação – a uma condição social, bem como ela poderia ter construído uma nova forma de percepção deste social, ou ainda como o ato de escrever uma obra literária operava na construção da distinção do autor. Sendo assim, estabelecer uma obra literária enquanto fonte para uma investigação histórica requer que tomemos como importante o tempo de escrita da obra – não o da narrativa – bem como que nos importe a busca não pelo ser das estruturas sociais, mas sim daquilo que poderia ter sido. Creio que isto baste para tentar sanar o muitas vezes mal colocado problema da cientificidade do método histórico. Concordando com Arnaldo Momigliano de que o historiador trabalha partindo do suposto de ser capaz de reconstruir e compreender os fatos do passado, acreditamos que, ainda que essa reconstrução seja uma invenção construída pela escuta das vozes do passado, o que temos, ainda que em parte, é uma invenção.

Feitos esses prolegômenos, passemos a nossa obra em questão. O romance *Gado Humano*, escrito pelo então deputado da oposição baiana Nestor Duarte foi publicado em 1936. Narra a saga dos habitantes de uma fazenda, a fazenda Santo Afonso. Como anuncia o autor em sua apresentação, muito embora falte a sua obra os qualificativos de um grande escrito do gênero, o que importa é que cumpra com sua tarefa que é “mostrar como vivem certos punhados de homens, ou melhor, de criaturas espalhadas nos ermos de nossa vida rural” (GUIMARÃES, 1936:07). Este tipo de empreitada, como nos diz Thomas Laquer, assim como a autópsia e o boletim médico fazem parte de um corpo de narrativa que tem origem no século XVIII e que

passa a abordar de forma minuciosa, os sofrimentos e a morte de pessoas comuns, de modo a tornar evidentes as cadeias causais que poderiam estabelecer uma ligação entre as ações de seus leitores e o sofrimento de seus sujeitos (LAQUER, 2001:229).

Com efeito, a narrativa humanitária guarda consigo outras formas de relação com seu objeto, ou seja, guarda consigo estratégias, como por exemplo – no caso aqui do nosso romance realista – a projeção do autor enquanto literato e por conseguinte enquanto sujeito culto e apto para o exercício do poder. No entanto, muito embora “a narrativa humanitária reivindique implicitamente um interesse de propriedade por aqueles a que ajuda” (LAQUER, 2001:244) é inegável que existam relações outras que vinculam o autor a essas criaturas, o que nos permite por fim acompanhar o autor em sua descrição da existência destas massas informes de indivíduos, como coloca Nestor Duarte.

A primeira parte do romance nos remete às manifestações de poder típicas do coronelismo bem como o abalo por ele sofrido, especialmente depois dos eventos de 1930. Como colocou em seu clássico livro *Coronelismo, Enxada e Voto*, Vitor Nunes Leal aponta como elementos estruturantes do coronelismo o isolamento, a grande propriedade e a família extensa. Este primeiro fator, o isolamento operava facilitando a

organização da família, uma vez que o contato com outras áreas - econômica ou política - por exemplo, era sempre efetuado pelo chefe, o que possibilitava que o isolamento se estendesse por todas as instancias da vida social. Desta forma,

a fazenda Santo Afonso era bem como uma ilha. Abria-se no mato, entre divisas incertas que se perdiam distantes. Dali à vila eram seis léguas. Vivía por isso de si e para si, cercada do ermo. Uma vida a parte. Era bem uma ilha (GUIMARÃES, 1936:15).

Essa ilha que era Santo Afonso, de divisas incertas, era efetivamente um dos sustentáculos do poder de sue recém regresso dono. É ela, a grande propriedade que permite que se fixe em torno do coronel – ou do patrão em nosso caso - aquela massa informe de indivíduos, ou seja, “não é possível compreender o fenômeno sem referencia à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil” (LEAL. Citado em SOUZA. 1997:58). É ainda nesta grande ilha dentro do ermo, onde acorrem imigrantes da seca, fugitivos da justiça das vilas ou cidades que se forma a numerosa família, o terceiro elemento que sustem o coronelismo, na análise de Vitor Nunes leal. Nesta família, como coloca Sérgio Buarque de Holanda, “os vínculos biológicos e afetivos que unem ao chefe os descendentes, colaterais e afins, além da farnulagem e dos agregados de toda sorte, hão de preponderar sobre as demais considerações” formando um complexo indivisível onde, continua, “os membros se acham associados uns aos outros, por sentimentos e deveres, nunca por interesses ou idéias” (HOLANDA, 1983:47). Assim, este é o mundo dos habitantes de Santo Afonso e em certa medida daquele vasto segmento da sociedade baiana do qual nos fala Consuelo Novais Sampaio. Trata-se de um mundo com suas próprias regras, ou como coloca Nestor Duarte, onde existia “um código de proibição que mantinha o poderio do patrão, a economia da fazenda, a segurança do regime senhorial. [Onde] as leis de fora não tinham valor” (GUIMARÃES,1936:29).

De fato é mundo com suas próprias regulamentações de ordem econômica social e cultural. De ordem econômica, pois “todos deviam comprar na dispensa da fazenda” o que além de se mostrar como um regime quase impossível fugir por conta da distancia da vila, ainda funcionava como uma forma de “amarrar o dono ao agregado mais esperto” (GUIMARÃES, 1936:29). No que tange à produção, sendo de meia ou de renda, o certo é que o senhor detém o controle sobre a compra e a venda da produção. Do ponto de vista do social, muito embora fazenda aceitasse com relativa facilidade novos habitantes – imigrantes da seca, fugitivos da justiça das cidades, como dissemos – o fato é que “proibia-se [...] a prosperidade, depois de certo limite (...) para construir uma casa, era necessário licença, de telha principalmente” (GUIMARÃES,1936:29). Os costumes na fazenda também eram de interesse do senhor controlar, muito embora eventuais transgressões. Em Santo Afonso, diz-no o autor, “não havia defloramentos e proibia-se a mancebia – bebia-se, mas havia sanções para a cachaça [...]” (GUIMARÃES, 1936:40). O casamento religioso e o batismo eram requisitos que se realizavam ali mesmo na capela da fazenda. Também em Santo Afonso lia-se pouco, mesmo no sobrado, onde havia “uns livros defastio e jornais velhos da capital, que eram o pão dormido do espírito” (GUIMARÃES, 1936:98).

Neste mundo distante das cidades a rigidez da vida se expressava mais agudamente no dia-dia do trabalho na roça. Contra estratégias de exploração como, por exemplo, o “dar um dia a fazenda” aos trabalhadores restava outra, mas não menos

insidiosa forma de resistência, “o pessoal encostava-se arranjava desculpas” (GUIMARÃES, 1936:40), enfim, “buscava refúgio a um quadro [que] não era visto por ninguém. E os que sentiam seu peso não sabiam compreender melhor” (GUIMARÃES, 1936:43). Todo este quadro apresentado pelo autor – especialmente a autoridade do patrão que não conhecia limites dentro de seus domínios, e freqüentemente buscava se expandir – é explicável como pelo fato de, como colocou Sérgio Buarque de Holanda,

toda a estrutura de nossa sociedade colonial ter sua base fora dos meios urbanos. É preciso considerar esse fato para se compreender exatamente as condições que, por via direta ou indireta, nos governam até muito depois de proclamada nossa independência política e cujos reflexos não se apagaram ainda hoje (HOLANDA, 1983: 41).

Daí a impossibilidade de compreender que o Estado não seja uma ampliação do círculo familiar e que seja possível compreender a atuação dos coronéis alinhados ao governo quando eclodiu a revolução de trinta.

É essa relação tumultuada e confusa entre o urbano e o rural, entre o público e o privado, que o autor nos conta na segunda parte de sua obra. Pairava em Santo Afonso e nas fazendas vizinhas a idéia que “o sertão deveria descer sobre as cidades, alarmar e conflagra o governo, a ordem das cidades”(GUIMARÃES, 1936:73). De fato este descer dos sertões sobre as cidades já havia ocorrido em 1919 e 1930, na chamada revolta sertaneja e na revolução de trinta. A primeira terminou com o consenso de lençóis e a segunda com o rendimento dos chefes rurais. Dessa forma, lançarem-se as armas e contra as cidades seria, como nos diz uma personagem, “mostrar que as fazendas também guardam seu ódio” (GUIMARÃES, 1936:143), seria mostrar a capacidade do povo das fazendas de se revoltar. Entretanto seria um pouco exagerado supor que esta fala condensaria “a revolta comum dos dois degraus da fazenda” (GUIMARÃES, 1936:143). Como coloca Sérgio Buarque de Holanda,

as pretensões aristocráticas tradicionalmente foram o apanágio do nosso patriarcado rural. Nos domínios rurais, a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica (HOLANDA, 1983:48).

Daí a impossibilidade de ligarmos *tout court* os anseios dos dois degraus quando se lançaram às armas. Havia menos um projeto político do que uma sensação de estar cumprindo com sua obrigação, retribuindo um favor ou ainda um a vontade de vingar a carestia praticada nas vilas e cidades. Cobrar uma desonra praticada por um soldado etc. A derrota e o regresso à fazenda é o retorno ao cotidiano de trabalho e exploração. Não obstante os percalços causados pela derrota, nada mudou muito substancialmente a condição dos trabalhadores rurais, tal qual a revolução de trinta não acabou, de um só lance, com os fundamentos que tornavam possível o coronelismo.

Assim, tomando como fundamental o lugar de fala do autor e sua época é possível perguntar, como coloca Pesavento, “por que se fala disto e não daquilo?” “O que é recorrente em uma época?”. Dessa forma, a obra *Gado Humano* nos mostra uma preocupação do caráter sociológico – preocupação esta que depois o autor vai retomar

de forma mais detida em sua obra de maior repercussão *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. O recurso à literatura pode ser entendido nos termos que expusemos anteriormente, além de funcionar, como dissemos, como forma de projeção ainda maior, pois ao bacharel, soma-se o literato. Essas ressalvas são ainda de maior importância se pensarmos, por exemplo, no apelo implícito que autor – também proprietário rural – lança : “a terra quer homens fiquem, morem no seu dorso (...) no dia em que a terra o prendeu o homem fez coisas maiores(...) correr terras é desamor , é desespero”(GUIMARÃES, 1936:33). O apelo pode ser mais bem entendido se pensarmos que em 1936 “20 % dos trabalhadores rurais da região do São Francisco migraram para São Paulo” (SAMPAIO, 1992:51). O que levou em 1937 a proprietários rurais de 14 municípios baianos a criarem o Centro de Resistências à emigração Baiana.

Enfim, atento a estes devidos cuidados – que demais categorias de fontes também requerem em suas respectivas especificidades – poderíamos então acompanhar Pesavento quando coloca que

a utilização do texto literário pela História permite levar mais longe o deslocamento da veracidade à verossimilhança, pondo em discussão os efeitos de real e de verdade que uma narrativa histórica pode produzir, tomando o lugar do que teria acontecido um dia. Ao trabalhar com a literatura como fonte, o historiador se depara, forçosamente, com a necessidade de pensar o estatuto do texto e realizar cruzamentos entre os dois discursos, em suas aproximações e distanciamentos (PESAVENTO, 2005: 84).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CARDOSO, Ciro Flamarion. Sociedade e cultura: conceitos complementares ou rivais? *IN. Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

CHARTIER, Roger. O passado composto: Relações entre filosofia e história. *IN. A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Difel. Rio de Janeiro: 1988.

COSTA, Emília Viotti da. A dialética invertida: 1960-1990. In: *Revista Brasileira de História*, n. 27, São Paulo: Marco Zero, 1994.

DECCA, Edgar Salvadori de. 1930: o silêncio dos vencidos. São Paulo. Brasiliense, 1983.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. São Paulo: LTC, 1989.

GUIMARÃES, Nestor Duarte. Gado Humano. Rio de Janeiro. Ed. Irmãos Pongetti, 1936.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 16º Ed. Rio de Janeiro. Ed. José Olympio, 1983.

LAQUER, Thomas. Corpos, Detalhes e a Narrativa Humanitária. *IN. HUNT, Lynn. A Nova História Cultural*. 2º Ed. 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Imaginário das Cidades: Visões Literárias do Urbano. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

RUY, José Carlos. A trajetória da burguesia brasileira. In. *Revista Princípios*. Nº 31. s/d.

SAMPAIO, Consuelo Novais. Poder e Representação: O Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937. Salvador: Assembléia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992.

SOUZA, Alírio Fernando Barbosa de. O Coronelismo no Médio São Francisco: um estudo de poder local. Salvador. 1997.

TAVARES, Luis Henrique Dias. História da Bahia. Salvador: Correio da Bahia, 2000.